

**O ISEB E A INFILTRAÇÃO DOS SUBVERSIVOS NO ESTADO
BRASILEIRO: o processo de investigação pelo exército brasileiro 1957-
1959.**

José Carlos Santos¹
Rita de Cássia Amorim Barroso²
Silvânia Santana Costa³

RESUMO

O texto analisa um relatório secreto de investigação intitulado Exposição de Motivos – EM003-B, contando sobre as ações de investigação feitas entre 1959 e 1967, acerca do Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB). Nesta investigação o chefe do ENFA apresenta seus motivos para acreditar que os membros do ISEB são subversivos e estão infiltrados no Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de estabelecer bases para a implementação de um golpe da ditadura comunista nos moldes da doutrina marxista. A averiguação em questão é solicitada pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek, que apesar de solicitar a verificação, publica em 1959, no diário Oficial, um decreto, dando poderes ao ISEB para agir exatamente como o faz, deixando uma grande dúvida sobre a realidade dos fatos.

Palavras Chave: ISEB. EMFA. Subversivos. Ideologia. Relatório da Casa Militar

ABSTRACT

The text looks at a secret research report titled Explanatory Memorandum - EM003-B, relying on stock research made between 1967 and 1959, about the Institute of Brazilian Studies ISEB. In this investigation the head of ENFA has its reasons to believe that the ISEB members are subversive and are infiltrated the Ministry of Education and Culture, aiming to establish a basis for the implementation of a coup of the Communist dictatorship along the lines of Marxist doctrine. The research in question is requested by the President

¹ Doutorando em Educação pela PUCRS. Mestre em educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Professor da Universidade Tiradentes e Membro dos Grupos de pesquisa: GPGFOP /CAPES/CNPQ/UNIT e Sociedade, Educação e Direito /CAPES/CNPQ/UNIT. E-mail: carlosako@gmail.com

² Doutoranda em Educação pela PUC/RS, Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE), Especialista em Informática Educativa pela UFRGS, Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Coordenadora de estágio em EAD da Universidade Tiradentes, professora da Universidade Tiradentes. Membro dos Grupos de pesquisa: Comunicação, Educação e Sociedade, Educação e Direito /CAPES/CNPQ/UNIT. E-mail: ritadte@gmail.com.

³ Doutoranda em Educação pela PUC/RS, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora de Pós-Graduação em EAD/UNIT, professora da Universidade Tiradentes. Membro dos Grupos de pesquisa: Educação e Direito/CAPES/CNPQ/UNIT e Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano /CAPES/CNPQ/UNIT. E-mail: ritadte@gmail.com.

Juscelino Kubitschek, who despite asking to research published in 1959 in the journal *Journal* a decree giving powers to the ISEB to act exactly as it does, leaving a big question about the reality of the facts.

Keywords: ISEB. EMFA. Subversive. Ideology. Of the Military Report

INTRODUÇÃO

Historicamente o Brasil passou por vários momentos de disputa política sobre uma variada gama de ideologias, entretanto o foco principal demonstrou dividido entre dois polos bem definidos: a direita centrada no estado capitalista com valorização da propriedade privada e a esquerda, no comunismo, com variações para o socialismo e a doutrina marxista.

Neste texto, vamos apresentar, parcialmente uma investigação realizada pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), órgão extinto, que representa na contemporaneidade o Ministério da Defesa. O inquérito em questão está direcionado ao próprio governo ao investigar um instituto subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que aos olhos do chefe do EMFA seriam subversivos infiltrados no estado, com objetivo de promover as bases para a implementação de um golpe comunista no Brasil.

A fonte analisada para esse artigo, foi o documento: **Exposição de motivos nº 003-B - Relatório da Casa Militar**, este foi encaminhado ao Presidente da República em 10/12/1959, o qual apresenta sua investigação sobre os membros do ISEB.

A CONSTITUIÇÃO DO ISEB

O Iseb e a Infiltração dos Subversivos no Estado Brasileiro

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) nasceu em 1955 sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a partir de decreto estabelecido pelo presidente Café Filho, que teve um mandato curto, presidindo o Estado Brasileiro entre 24/08/1954 e 8/11/1955. Alguns intelectuais encamparam campanhas pela criação do ISEB, entre eles, Anísio Teixeira e Cândido Motta Filho, que ocupava o cargo de ministro da educação e cultura.

Segundo Toledo (2005), o instituto surgiu como um prolongamento de outra instituição conhecida como: Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, uma entidade de cunho civil que incorporava no seu entorno, intelectuais e técnicos ligados ao governo.

No organograma do instituto criaram-se cinco departamentos importantes que tinham como responsabilidade: pesquisas internas, conferências, formação de quadros e curso regulares. Na época da criação do instituto, estes departamentos cumpriam os papéis mais significativos para o órgão. Segundo Toledo (2005) “À época de sua criação, eram eles: Ciência Política, chefiado por Hélio Jaguaribe; Economia, Ewaldo Correia Lima; Filosofia, Álvaro Vieira Pinto; História, por Candido Mendes de Almeida; e Sociologia, Alberto Guerreiro Ramos”.

O instituto recebia sua dotação orçamentária, via Ministério da Educação, contudo, contava com dois conselhos: consultivo e curador, no qual seus membros eram indicados pelo MEC. O primeiro contava com cinquenta membros e o segundo com oito membros, a este último cabia função de dirigir o instituto.

O ISEB promoveu cursos e treinamentos, referentes aos problemas, educacionais, econômicos e políticos, que o Brasil enfrentava naquele momento, além de publicar a revista Cadernos do Nosso Tempo, na cidade do Rio de Janeiro. Conforme Toledo (2005) cinco números foram publicados. As atividades do órgão estiveram subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura. O ISEB também oferecia cursos para universitários empresários e outros intelectuais, determinando assim,

especificidades conforme a posição que cada cursista ocupava na sociedade.

Notoriamente o instituto ocupou um espaço de destaque na sociedade brasileira, debatendo temáticas que envolviam diversos setores sociais. Caio Navarro de Toledo publicou texto no jornal da UNICAMP firmando que:

Desde seus primeiros anos, além da publicação de livros e da realização de seminários e debates públicos, o Iseb se notabilizou por oferecer cursos regulares a oficiais das Forças Armadas, empresários, sindicalistas, parlamentares, funcionários públicos, burocratas e técnicos governamentais, docentes universitários e do ensino médio, profissionais liberais, religiosos, estudantes etc. Distinguindo se de uma instituição acadêmica foi, precipuamente, um centro de formação política e ideológica, de orientação democrática e reformista.

Pode-se afirmar que o ineditismo da experiência isebiana consistiu no fato de intelectuais, de distintas orientações teóricas e ideológicas, se reunirem não apenas para debater e refletir sobre “os dilemas e os problemas cruciais da realidade brasileira.” (TOLEDO. 2005 p.01)

21

No dia 14 de janeiro de 1959, Roland Corbisier, diretor do ISEB, enviou para o embaixador Oswaldo Aranha, um comunicado, informando sobre um curso extraordinário de “Introdução aos Problemas Brasileiros”, o qual teria sido desenvolvido especialmente para ser oferecido aos oficiais das forças armadas. O intuito do comunicado tinha o tom de convite para Oswaldo Aranha participasse da programação, onde, o presidente Juscelino Kubitschek, faria o encerramento do ciclo de atividades do curso no dia 4 de julho, daquele ano, as dezesseis horas e trinta minutos falando sobre o programa de metas e desenvolvimento nacional.

Ao embaixador caberia à penúltima palestra que estava programada para acontecer no dia 27 de junho também às dezesseis horas

O Iseb e a Infiltração dos Subversivos no Estado Brasileiro

e trinta minutos, visto ser este o horário padrão para todas as palestras do curso, num total de dez palestrantes, assim distribuídas:

DATA	ÁREA	PALESTRANTE
2 de maio	Cultura e desenvolvimento	Roland Corbisier
9 de maio	Nacionalismo e desenvolvimento	Cândido Antônio Mendes de Almeida
16 de maio	As forças armadas e o nacionalismo	Nelson Weneck Sodré
23 de maio	Energia Elétrica	Américo Barbosa de Oliveira
30 de maio	Energia Atômica	José Leite Lopes
06 de junho	O Petróleo Boliviano	Gabriel Passos
13 de junho	Problemas do Nordeste	Celso Furtado
20 de junho	Capital Estrangeiro	Sergio Magalhães
27 de junho	Problema da Política Externa Brasileira	Oswaldo Aranha
4 de julho	Programa de Metas e o Desenvolvimento Nacional	Juscelino Kubitschek / Presidente da Republica

O documento encaminhado a Oswaldo Aranha evidencia que ele deveria proferir a conferência que antecedia o Presidente da República Juscelino Kubitschek. A fala de Aranha seria sobre problemas da política exterior brasileira. De acordo com o comunicado enviado a Oswaldo Aranha, 221 militares de patentes fizeram a inscrição, destes, três coronéis; dois tenentes-coronéis; trinta e seis majores; sessenta e quatro capitães; noventa e cinco primeiros-tenentes e vinte e um segundos-tenentes. Podemos verificar que não havia, para esta programação, a inscrição de soldados, o que nos leva a acreditar que era um curso apenas para os membros do exército, com alta patente e de influência na corporação.

Em conformidade com a estrutura do documento analisado, podemos perceber que o ISEB tinha um projeto ideológico, seguido de uma estratégia que pretendia implementar um projeto político ideológico no

Brasil. Os métodos encampados pelo instituto dava conta de promover, junto a pessoas que detinham poder de interferência nos rumos do país, procurando dissuadir estas pessoas do seu pensamento em voga convencendo-os de que o Brasil necessitava de novo rumo.

Essas medidas, entretanto, só terão um efeito limitado, porquanto, nenhum contrôle podem ter as autoridades militares sobre o pessoal, da Ativa ou da Reserva, que, voluntariamente resolver ouvir as palestras e conferências públicas que sob a orientação de elementos suspeitos do ISEB, vêm sendo realizadas nos vários pontos do território nacional.

As autoridades militares procurarão desenvolver campanha de esclarecimento dirigida aos mais desavisados, para mostrar-lhes o caráter suspeito de que se revestem os conceitos que estão sendo emitidos por alguns dos membros mais atuantes do ISEB nessas conferências e palestras. Causará, certamente, estranheza nos meios militares que um órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura siga orientação contrária aos interesses nacionais.

7. Esta Chefia reconhece como muito nobre a missão atribuída ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, de desenvolver o interesse por parte das elites intelectuais no estudo e equacionamento dos problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil. Essa missão, entretanto, não pode ser desvirtuada e as atividades do ISEB só terão sentido construtivo se forem desenvolvidas nos meios culturais capazes de entender, com nobreza de propósitos, aqueles problemas, como assim determina o Decreto pelo qual foi criado o Instituto. Não podem, também, ser aquelas atividades orientadas por indivíduos que, aproveitando-se da situação privilegiada que lhes confere a liberdade de opinião, pensamento e cátedra, pontificar em um órgão que funciona sob a égide do Estado, para apresentar soluções individuais aos problemas brasileiros contrárias aos fundamentos do regime adotado no país, com o propósito de solapá-lo e ver instalado regime que convenha aos seus inconfessáveis interesses.

Não compete ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros a pregação de nenhuma doutrina, mesmo que seja inofensiva, nem sugerir a adoção, por parte do Governo, de normas de procedimento na condução da política externa e interna do país.

Fonte: Exposição de Motivos 003-B. Arquivo Nelson de Melo em VP. CPDOCFGV. 1956.02.07 d-4, f. 11.

Contudo, não obstante a participação do presidente da República nos cursos desenvolvidos pelo ISEB, a seu pedido, uma investigação, em paralelo, era feita pelas Forças Armadas Brasileiras. No dia 10 de dezembro de 1959, o General Edgar do Amaral, Chefe do Estado Maior das

Forças Armadas (EMFA)⁴ encaminhou para o presidente, Juscelino Kubitschek, um documento intitulado Exposição de Motivos 003-B, contendo informações sobre as atividades do ISEB que contrariavam os interesses do estado brasileiro.

O general iniciou seu texto, lembrando ao presidente da sua solicitação verbal, no que se refere à investigação das atividades do ISEB, referente aos cursos regulares e extraordinários, desenvolvidos pelo instituto. Afirma o general, que a investigação havia começado a dois anos e envolvia os três estados maiores do serviço Federal de informação e contra informação desde sua criação e na secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. O documento lembra ao presidente, que através de outra exposição de motivos de número EM 56-G, encaminhada no dia 17 de maio de 1957, o EMFA, encaminhou ao presidente suas investigações detalhadas sobre as atividades do ISEB.

Para fazer a investigação, os membros do EMFA, trabalharam infiltrados no ISEB. Um caso citado pelo general foi o do um capitão de fragata, Aristides Pereira Campos Filho, que em janeiro de 1957, servindo no EMFA, prestou informações relevantes, inerentes a ações do Instituto, pois em 1956, desenvolveu atividades, na condição de estagiário no ISEB. Consta da exposição de motivos, que o referido capitão, “em relatório dirigido ao chefe do EMFA” prestou “graves acusações ao instituto”. Conforme destaca o documento, estas ações eram de “cunho marxista, contrária à política externa do país”.

No item B da exposição de motivos – EM003-B, apresentadas ao Presidente da República, pelo general chefe da EMFA, fundamentou sua argumentação citando que o diretor executivo do ISEB, remetera àquele chefe do Estado Maior das Forças Armadas, no dia 14 de janeiro de 1957, o Ofício N° 05, informando o desligamento do então comandante, ora

⁴ O Estado-Maior das Forças Armadas foi criado pelo Decreto-Lei nº 9.107, de 1 de abril de 1946, com o nome de **Estado-Maior Geral**, alterado para esse nome pela Lei nº 600-A, de 24 de dezembro de 1948. Ganhou status de Ministro de Estado através da Lei nº 5.590, de 14 de julho de 1970. Foi extinto através da Medida Provisória nº 1911-8, de 29 de julho de 1999, que foi substituído pelo Ministério da Defesa.

estagiário do ISEB, justificando que o mesmo, no “preambulo da sua tese de fim de curso, tecida comentários que foram considerados injuriosos aos responsáveis pelo citado instituto.” O ofício informava que o “Oficial negou-se a retirar aquelas afirmações” tendo como represaria o trancamento da sua matrícula.

No Item C, consta a informação de que em 22 de janeiro de 1967, o Chefe do EMFA, mandou instaurar uma sindicância para “apuração dos fatos” inerentes ao episódio, designando o Brigadeiro Clovis Monteiro Travassos, que naquele momento ocupava o cargo de subchefe da Aeronáutica para conduzir a sindicância.

No item D, do documento secreto, consta o relatório do Brigadeiro, distribuídos em cinco tópicos dando conta do resultado da investigação, relatada como conclusivas. No item I afirma o brigadeiro que:

As atividades de uma organização particular – o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) – se transferiram para o ISEB, instituição do Ministério de Educação e Cultura. O IBESP, através dos “Cadernos do Nosso Tempo”, não apenas repelia as bases de nossa civilização cristã e da cultura ocidental, senão que, principalmente, defendia o estabelecimento, para o Brasil, de uma política de 3ª posição. Uma boa parte dos dirigentes do IBESP veio a integrar a congregação do ISEB, assim constituída em 1956: Presidente e Diretor-Executivo do ISEB – Sr. ROLAND COURBISIER, da Comissão Executiva do IBESP e do Conselho de Redação dos “Cadernos de Nosso Tempo”; Chefe do Departamento de Filosofia do ISEB – Sr. ALVARO BORGES VIEIRA PINTO; Chefe do Departamento de História do ISEB – Sr. CÂNDIDO ANTÔNIO MENDES DE ALMEIDA, do Conselho de Redação dos “Cadernos do Nosso Tempo” e do IBESP; Chefe do Departamento de Política do ISEB – Sr. HÉLIO JAGUARIBE, da Comissão Executiva do IBESP e Diretor dos “Cadernos do Nosso Tempo”; Chefe do Departamento de Sociologia do ISEB – Sr. ALBERTO GUERREIRO RAMOS, da Comissão Executiva do IBESP e Diretor dos “Cadernos do nosso tempo”; Chefe do Departamento de Economia – Sr. EWALDO CORREIA LIMA da Comissão Executiva do IBESP e Redator Chefe dos “Cadernos do Nosso Tempo”.

O Iseb e a Infiltração dos Subversivos no Estado Brasileiro

Releva salientar que esses seis cidadãos e mais os senhores INÁCIO M. RNAGEL e NELSON WERNECK SODRÉ, constituíram em 1956, o Corpo Docente do ISEB.

Ante a evidência de tal exemplificação, verifica-se que a direção de fato do ISEB (Diretor executivo, Chefias de Departamentos e Corpo Docentes) foi ocupada, com uma única exceção, por um equívoco governamental, pelos dirigentes do IBESP de maior categoria. (RELATÓRIO DA CASA MILITAR, 1959 p.02 e 03)

Percebemos que essa nomeação não poderia ser uma simples coincidência, ou um equívoco, como diz o relatório, uma vez que seis membros foram indicados, para o ISEB, a cargos semelhantes aos ocupados no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Este fato suscita duas hipóteses: a primeira questiona, o que haveria de tão perigoso no IBESP que passaria despercebido pelo Presidente Café Filho? ou quais articulações de tendência política, teria essa instituição particular, com o então presidente da república que resolveu custear suas atividades, incorporando-a ao Ministério da Educação e Cultura?

Parte desses questionamentos tem resposta no próprio relatório da casa militar, denominado de EM003-B. Contudo apenas parte da hipótese pode ser elucidada com o relatório, visto que o próprio relatório chama essa atitude do Presidente Café Filho de equívoco governamental.

A segunda hipótese coaduna com uma proposta para estudos futuros: Seria o Presidente Café Filho um aliado da ideologia praticada pelo IBESP a ponto de custear com o dinheiro da nação a implementação dessa ideologia dentro do aparelho do Estado?

No item II do documento secreto, EM003-B, enviado ao Presidente da República Juscelino Kubitschek, encontramos uma parte da resposta à primeira hipótese, no que se refere ao perigo, dando uma definição do IBESP, denotando o motivo pelo qual este órgão seria, na opinião do Brigadeiro, perigoso ao Estado Brasileiro:

O IBESP era encarado com uma agência socialista de tendências revolucionária (pag. 22 do relatório), mas desde o

momento em que seus principais dirigentes assumiram a direção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a questão passou a tomar outro aspecto.

O ISEB, estabelecimento custeado pelo Governo Federal foi então desviado de suas altas finalidades. Com tal direção e tais atividades, o ISEB desconheceu tratados assinados pelo Brasil, esqueceu compromissos internacionais firmados pelo executivo e reconhecido pelo nosso congresso, para pregar abertamente uma política de 3ª posição, repelida de público por Vossa Excelência, em várias oportunidades, dentre as quais merece realce a que serviu de encerramento dos cursos da Escola Superior de Guerra, em 19 de dezembro de 1956. (RELATÓRIO DA CASA MILITAR, 1959 p.3 e 4)

No item III do relatório, o chefe do EMFA, delinea claramente que sua investigação foi precisa, quando afirma que em 1956 verificou 259 aulas que englobavam as disciplinas Sociologia, Ciência Política, História e Filosofia do Brasil, sendo investigadas conforme sua linha teórica e ideológica, identificada como tendo o **Materialismo Histórico⁵ (grifo nosso)** como linha principal de condução das aulas.

27

No transcorrer do curso regular do curso regular do ISEB, em 1956, e em 259 aulas ministradas foi verificado: - que de um modo geral, em Sociologia, Ciência Política, História e Filosofia do Brasil a orientação imprimida foi a do materialismo histórico e o da ênfase dos problemas econômicos na apreciação o dessas ciências; apenas fora dessa linha, definitivamente, as 70 aulas do Filosofia do Professor ALVARO V. PINTO e algumas de Economia; -que a dialética marxista foi empregada e, pelo monos dois dos professores - GUERREIRO RAMOS e INÁCIO AMARAL M. RANGEL se identificaram por suas formações marxista, quer por assim afirmar um, quer por assim aceitar o outro em sua apresentação em aula;

-que as contestações entre os blocos ocidental e oriental foram analisadas pelos professores GUERREIRO RAMOS, HÉLIO JAGUARIBE e CÂNDIDO MENDES, mediante ataques muito acentuados contra o "imperialismo norte-americano" e o "colonialismo anglo-francês", e atenuados, quanto ao papel da Rússia Soviética; Nessa atitude se

⁵ Materialismo histórico é uma doutrina social-filosófica que considera as formas de produção econômica como os únicos fatores realmente determinantes do desenvolvimento histórico e social. As demais esferas culturais, como religião, moral, direito, Estado, ciência, arte e filosofia são meras derivações que representam uma espécie de superestrutura sobre a infraestrutura econômica. A origem do materialismo histórico está ligada ao filósofo alemão Karl Marx (1818-1883). Definição disponível em: <http://www.significados.com.br/materialismo/> acessado em 04/04/2015.

O Iseb e a Infiltração dos Subversivos no Estado Brasileiro

sobressaiu o primeiro quer pela sistemática, quer pela violência dos ataques;
-quo da mesma forma e com o concurso de mais o Professor ROLAND CORBISIER, nosso cabedal político, econômico, cultural e filosófico, foi rudemente atacado por “alienado ao imperialismo ianque”. (RELATÓRIO DA CASA MILITAR, 1959 p. 05)

O EMFA investigou as aulas com o intuito de aferir o saltério ideológico adjudicado, para compreender o desígnio que se aspirava ensinar naqueles cursos. O que vemos nesse trecho do relatório, é uma perspectiva política defendida por um grupo de intelectuais que faziam parte do ISEB e que claramente ameaçava a defesa de uma ideologia estatal pautada no nacional desenvolvimentismo. O relatório acusa, que no Ministério da Educação e Cultura, através do ISEB, havia infiltração de agentes de uma ideologia contrária àquela praticada pelo Governo Brasileiro, sendo custeada pelos cofres da Nação.

Abriremos um aparte neste ponto, para esclarecer ao leitor que não cabe nesta análise o julgamento das posições de direita ou esquerda, mas a apresentação dos fatos como se apresentam no documento analisado. Podemos verificar que o ISEB foi se constituindo de membros com ideologias heterogêneas, o que resultou na ruptura das concepções iniciais da criação do órgão.

Considerando que os professores estavam ligados ao ISEB, Órgão que tinha uma posição politico-ideológica distinta da posição politico-ideológica do Estado Brasileiro e ainda se utilizavam do aparelho estatal para difundir tal ideologia junto a membros do alto escalão do Governo, caracteriza-se como pessoas infiltradas no sistema. Sendo estas pessoas difusoras de ideias contrárias ao regime de governo ancorando sua ideologia no regime comunista russo como relata a EM003-B, foram

caracterizados como subversivos⁶. O termo subversivo empregado aqui, bem como no relatório, traz a característica de revolucionário, ou alguém que tenha a intenção de subverter a ordem em voga por outra diferente, proposto como método à revolução.

As características apontadas no relatório, no que concerne a estrutura das aulas, ao menos na estrutura de títulos do programa do ISEB, citado no início deste artigo, não parecem ser de cunho subversivo, contudo não podemos nos basear apenas pelos títulos dispostos no programa, dado que se houve realmente a intenção de subverter o Estado Brasileiro, usando sua própria estrutura, haveria de se ter o cuidado na elaboração destes cursos. Seria uma meta arrojada e perigosa assemelhando-se a obra de Homero e sua narrativa da odisseia na representação do Cavalo de Tróia. Neste aspecto, os subversivos infiltrados no aparelho do Estado minariam sua estrutura por dentro.

Pode-se ler no relatório, a interpretação acerca da política do ISEB, como sendo uma ação prejudicial ao Estado Brasileiro, quando enfatiza a gravidade da proposta daquele instituto que propõe, leia-se 1959, o “abando de nossa atual linha política exterior” (EM003-B),

29

Tal política preconizada no ISEB, se adotada, constituiria uma aventura nacional de consequências funestas e imprevisíveis e que iria romper com a tradição e a ética diplomática de nosso País e traria, sem dúvida, dificuldades enormes aos poderes Públicos do Brasil, ante os compromissos livremente assumidos com os Estados Unidos, a organização dos Estados Americanos a Organização das Nações Unidas. Política de quebra da solidariedade constitucional, útil ao comunismo internacional e aos desígnios de dominação da Rússia Soviética [...].

⁶ adj. Característica do que destrói; daquilo que provoca subversão: propósitos subversivos. Que causa ou motiva a subversão; revolta: manifestação subversiva. s.m. Algo ou alguém que incita subversão; revolucionário. Definição disponível em: <http://www.significados.com.br/materialismo/> acessado em 04/04/2015.

O Iseb e a Infiltração dos Subversivos no Estado Brasileiro

O relatório estabelece claramente a que perigos, a ideologia do Estado em voga, está exposta perante a infiltração dos subversivos Isebianos, obviamente esta conclusão representa o conteúdo e não faz uma alegoria com a posição dos infiltrados. Sobre esta ótica existem muitos textos já publicados e podem ser verificados pelo leitor sempre que considerar necessário.

O relatório com a EM003-B é composto por 16 folhas e discorre detalhadamente as atividades do ISEB que, na visão do Chefe do EMFA, são nocivas à política e a ideologia do Estado nacional. Como solução sugere ao Presidente da República, a substituição dos professores e membros da direção do ISEB, ou a suspensão de suas atividades. Propõe a revisão do regimento interno do ISEB “para dele serem escoimados preceitos que não se coaduna com o que foi estabelecido no decreto de sua criação.”

Na quarta feira dia 15 de abril de 1959, o Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, publicou na seção I, nos atos do poder executivo, o Decreto N° 45.811 um texto de modificação do decreto que cria o ISEB:

Dá nova organização ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituído no Ministério da Educação e Cultura pelo Decreto n° 37.608, de 14 de julho de 1955, modificado pelo de n9 41.500, de 15 de maio de 1957, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.

Esta alteração aconteceu durante a programação que o ISEB estava desenvolvendo e para a qual convida o Presidente Juscelino. Já o relatório EM003-B foi enviado ao Presidente da República no dia 10 de dezembro de 1959. Não obstante o conteúdo dos regimentos ser de conhecimento do Presidente da República, as atividades, do ISEB, constantes deste decreto autorizava o Instituto a proceder exatamente

como vinha procedendo na sua prática. Diziam os artigos 1º e 2º do decreto:

Art. 1º O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituído pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, no Ministério da Educação e Cultura e diretamente subordinado ao Ministro de Estado, **é um centro permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, dotado, para a realização de seus fins, e na forma deste Decreto, de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra.**

Art. 2º O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, particularmente a economia, a sociologia, a política, a história e a filosofia, com objetivo de aplicar as categorias, os métodos e os dados dessas ciências à análise e a compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de ideias, normas e projetos que contribuam para promover o desenvolvimento nacional. (DOU 1959 p.01) **(Grifo nosso).**

Percebe-se que o decreto alterado pelo Presidente Juscelino dava ampla permissão para as atividades do ISEB sem prejuízo das ações ali realizadas, e que a investigação do Chefe do EMFA, se mostrava de cunho pejorativo aos destinos da política brasileira. O Presidente JK reafirmou o direcionamento das ações do instituto, com o compromisso democrático da liberdade de expressão. O que não ocorreu em 1964, quando os militares assumiram o poder, levando adiante a acusação de subversivos, o fechamento em 13 de abril do órgão e o exílio de alguns de seus membros.

CONCLUSÃO

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros desenvolveu durante sua existência, atividades ligada aos estudos políticos, sociais, econômico e filosófico, fiel as suas convicções e origem, visto que foi criado por um grupo de intelectuais a princípio como um órgão particular e de convicções políticas destoantes ao Estado Brasileiro. Assim o IBESP, convertendo-se

em ISEB infiltrou-se no Estado Brasileiro através do Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de continuar suas práticas ideológicas através do acesso as populações ofertando cursos, além de publicações, as quais difundiam sua ideologia.

Em virtude da heterogeneidade de convicções políticas e ideológicas foi acusado de estar contrário ao ideário político do Estado Brasileiro. O governo Juscelino Kubitscheck autorizou as ações do ISEB por meio do decreto assinado no ano de 1959, não obstante ter encomendado ao chefe do ENFA uma investigação sobre as atividades do instituto que já perdurava por mais de dois anos.

O ISEB atuou dentro da lei segundo o que estabelecia o decreto de alteração publicado do Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, não cabe o julgamento se ele era ou não simpatizante da causa isebiana, contudo sabemos que custear as atividades do ISEB foi fundamental para o crescimento daquele instituto.

Entretanto, as ações do ISEB acusadas de subversivas no governo JK, foram cessadas com o golpe militar de 1964, que extinguiu o órgão em abril, perseguindo os acusados de defenderem os ideais comunistas. A atuação do ISEB firmada pelo Decreto, que estabelecia a liberdade de expressão e da difusão da pesquisa era incompatível com os ideais políticos do regime imposto.

REFERENCIAS:

BRASIL, decreto N° 45.811 Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil disponível em: (<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2758738/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-04-1959/pdfView>) Acessado em 04/04/2015.

CPDOC/FGV. Exposição de motivos no 003-B. **Relatório da Casa Militar da Presidência da República** 10/12/1959. Arquivo Nelson de Melo.

Relatório sucinto de atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960". Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52,30,49).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de ideologias**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.